

CONHECENDO O INTERIOR PAULISTA

o papel do espaço na dinâmica do mercado de trabalho

ALBERTO DE OLIVEIRA

Resumo: Nos anos 1990, dizia-se que o desemprego era um problema restrito às áreas de industrialização consolidada, como a Região Metropolitana de São Paulo, pois o interior oferecia melhores oportunidades de emprego. Esta investigação buscou a resposta para as diferenças espaciais do mercado de trabalho nos municípios paulistas. Os resultados mostraram que, além dos fatores econômicos e sociais, existem características no território que afetam o comportamento da força de trabalho, gerando rebatimentos sobre a taxa de desemprego.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Território. Estado de São Paulo.

Abstract: In 1990's, people used to say that unemployment was a restricted problem in areas with consolidated industrialization, like the metropolitan area of Sao Paulo, therefore there were better job opportunities in the interior. This inquiry looked for the answer for the space differences of the market work at Sao Paulo cities. The results showed that, besides the economic and social factors, there are some characteristics at the territory that affect the labor force generating strikings about the unemployment rate.

Key words: Work market. Territory. State of Sao Paulo.

Nos anos 1990, a condução da política macroeconômica foi comandada pelo clima *modernizante*, emanado dos países centrais e das agências internacionais. Do pequeno município do interior aos gabinetes da esplanada dos ministérios, parece não haver dúvidas de que o caminho para a retomada do crescimento econômico passa necessariamente pela criação, aproveitamento e divulgação de vantagens comparativas presentes nas diferentes localidades do território nacional. Tal convicção, aliada a ações pontuais realizadas em sítios específicos do interior e à situação crônica de desemprego que enfrentavam (e enfrentam) os grandes centros urbanos, disseminou a interpretação segundo a qual o problema do desemprego no Brasil está *localizado*, principalmente, nos espaços de industrialização consolidada, cujos setores e a prática de organização da produção não eram mais condizentes com o novo paradigma técnico-produtivo da economia mundial.

Embora tais interpretações estejam referidas principalmente ao setor industrial, a popularização desse raciocínio ampliou tal interpretação para o conjunto da atividade econômica. Há anos, revistas de grande circulação nacional produzem *rankings* das melhores cidades para investir, viver ou trabalhar. Isso não significa que alguns espaços do interior do país não venham apresentando expansão importante em termos de produto

e de emprego. Ao contrário, tal movimento já foi e continua sendo discutido na literatura econômica, não obstante, esse aumento não pode ser generalizado para o conjunto do território nacional, posto que está referido, fundamentalmente, ao aprofundamento das especializações regionais surgidas nos anos 1970. Ou seja, são as ilhas de produtividade que fragmentam o território, como explicou Pacheco (1998), ou o *polígono* formado em torno de São Paulo, segundo o entendimento de Diniz (1991).

Além da imbricação natural e previsível entre política e economia, dois fatores contribuem para a consolidação do consenso que opõe o interior às metrópoles e seus reflexos sobre o comportamento do desemprego: a inexistência de informações conjunturais sobre a dinâmica do mercado de trabalho no interior do país e a exigüidade de trabalhos que incorporam o espaço como variável explicativa do comportamento do mercado de trabalho. É exatamente neste último aspecto em que estão concentradas as atenções deste artigo.

O que move esta investigação é a busca de elementos no território que ajudem a explicar o comportamento do mercado de trabalho. Isso não implica privilegiar o espaço na dinâmica do mercado de trabalho, pois, como será visto adiante, seus complexos movimentos impedem qualquer *mecanização*, seja qual for a base teórica utilizada. Portanto, o objetivo central é mostrar como as características do território interferem na composição e na evolução do contingente da População Economicamente Ativa – PEA. Em outras palavras, pergunta-se: em que medida o território pode explicar a entrada e a saída de pessoas do mercado de trabalho?

Este estudo está apoiado no pressuposto de que a diversificação da estrutura econômica produzida pelo crescimento da economia amplia as possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Tal diversidade gera as condições necessárias para que os indivíduos que não contavam com habilidades requeridas pelo mercado possam ser aproveitados com a ampliação do leque de negócios. No entanto, esse movimento depende da forma como está organizada a estrutura econômica em cada recorte geográfico que, por sua vez, reflete o desenvolvimento desigual

e combinado característico da evolução do modo de produção capitalista.

O artigo foi organizado em quatro seções, além desta introdução: a primeira sintetiza o funcionamento geral do mercado de trabalho, enfatizando os avanços e retrocessos que distinguem o modo de produção capitalista e, em decorrência, a demanda e a disponibilidade de mão-de-obra. A segunda seção trata dos efeitos produzidos pelo espaço nos movimentos de entrada e saída das pessoas na PEA. A seção seguinte analisa o comportamento da PEA no conjunto de municípios do Estado de São Paulo à luz dos pressupostos teóricos apresentados nas seções anteriores. A partir dos resultados obtidos, algumas considerações sobre o debate *interior X metrópole* são pontuadas ao final do trabalho.

A DINÂMICA GERAL DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho apresenta um conjunto de movimentos, direções, temporalidades e intensidades que reflete os avanços e retrocessos que caracterizam o desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista. A demanda por mão-de-obra depende fundamentalmente do ritmo de crescimento da economia. Contudo, a expansão dos negócios não garante aumentos proporcionais no número de oportunidades de trabalho, pois a taxa de crescimento da ocupação é influenciada pelas características da estrutura econômica vigente, pelas transformações na composição orgânica do capital e pela adoção de técnicas organizacionais do trabalho. A evolução da tecnologia e da organização do trabalho refletem a busca do aumento da produtividade do trabalho. As habilidades dos trabalhadores requeridos pelo capital se modificam, abrindo caminho para a demanda diferenciada de mão-de-obra e para o aprofundamento da heterogeneidade do mercado de trabalho.

A partir dos anos 1970, o aumento da instabilidade e a conseqüente redução do ritmo de acumulação capitalista levaram as empresas a adotar mecanismos de ajuste. A resposta para esse processo ganhou o nome de *flexibilidade*. Na tentativa de superar seus concorrentes, as empresas dirigiram esforços para a

diversificação de produtos e de mercados sem abandonar as vantagens oferecidas pelas elevadas escalas de produção. Para alguns segmentos industriais, a tecnologia ofereceu equipamentos com alguma capacidade de diversificação da produção. Contudo, isso não foi suficiente para garantir a retomada do nível de produtividade e das taxas de lucros vigentes no pós-guerra, reforçando as medidas de ajustamento sobre os custos do trabalho.

Ao lado do desenvolvimento tecnológico, os capitalistas buscaram restringir os elementos que impediam a livre flutuação dos salários e do número de empregados. Segundo os princípios consagrados pelo pensamento liberal, a rigidez do fordismo deveria ceder lugar para a flexibilidade das novas formas de produção. O receituário básico incluía a eliminação dos dispositivos legais que elevam o custo de trabalho. Os resultados dessas transformações têm sido a adoção de novas técnicas de trabalho, como a organização dos trabalhadores em equipes, o uso intensivo de tecnologia e até movimentos de separação do empregado de seu ambiente de trabalho, o *teletrabalho*, cujas vantagens no rebaixamento dos custos são evidentes, posto que, além de contribuir para a eliminação dos *tempos mortos* do trabalho, reduz os gastos vinculados a infra-estrutura das empresas.¹ Entretanto, o desenvolvimento de novas formas de extração de mais-valia não eliminou a utilização de métodos tradicionais, como as horas extras e a rotatividade de trabalhadores.

A exigência de ampliação da flexibilidade da produção alterou a temporalidade da demanda por trabalho. A busca pela eliminação dos *tempos mortos* está assentada na flexibilidade, ou seja, o trabalhador deve ser requerido pelo capital na medida exata das necessidades impostas pelas flutuações do mercado. Para atingir esse objetivo, o capital utiliza diferentes métodos, que vão desde a pressão sobre a legislação trabalhista (os contratos de trabalho temporários) até a transferência dos custos da manutenção de trabalhadores para os capitalistas com menor poder de decisão no mercado (a terceirização). No entanto, a ampliação do Terciário não decorreu exclusivamente do avanço do capital privado. O crescimento vegetativo da população e o aprimoramento das políticas

públicas incrementaram a estrutura de serviços coletivos, particularmente dos segmentos de saúde e de educação, reforçando a demanda por trabalho. Além disso, cumpre lembrar que o crescimento desses tipos de serviços ocorreram *vis-à-vis* ao aumento da urbanização.

Se os movimentos que caracterizam a demanda por trabalho são marcados por assimetrias e elevada complexidade, do ponto de vista da disponibilidade de trabalho, a dinâmica observada não apresenta contornos diferenciados. A mobilidade espacial da mão-de-obra obedece principalmente ao impulso emanado do capital. Portanto, a intensidade, a direção e os tempos que regem os deslocamentos espaciais do trabalho são definidos pelas necessidades do capital.

No entanto, a mobilidade do trabalho não está restrita às *migrações estruturais*, ou seja, àquelas que apresentam caráter permanente. Ao lado dessas, existe uma miríade de movimentos espaciais da população com temporalidades diferenciadas, que vão desde a migração de trabalhadores rurais, que atendem à sazonalidade imposta pelo calendário agrícola, passando pelos trabalhadores da extração mineral, cujos deslocamentos obedecem à boataria da atividade (sem contar as pessoas que dividem seu tempo entre a mineração e a agricultura), até alcançar a migração pendular, fenômeno típico dos grandes centros urbanos, que move diariamente contingente expressivo de pessoas.

A reestruturação produtiva é um dos elementos que explicam o surgimento de novas atividades econômicas modificadoras das divisões social e territorial do trabalho, afetando a composição do contingente populacional disponível para o trabalho e o perfil das atividades econômicas realizadas. A modernização agrícola e as mudanças na estrutura produtiva são alguns dos motivos que explicam o surgimento de atividades típicas do meio urbano nas áreas classificadas como rurais. Tal movimento vem sendo registrado não apenas no Brasil, mas também nos países desenvolvidos.

Essas formas espaciais de deslocamento exemplificam a multiplicidade de *tempos* aos quais está sujeita a disponibilidade de mão-de-obra do mercado de trabalho de um determinado recorte geográfico

(uma cidade ou região). Entretanto, a disponibilidade de mão-de-obra não está restrita aos fluxos migratórios, pois as alterações na dinâmica demográfica e na composição da PEA geram efeitos diretos sobre o contingente de pessoas que podem ser incorporados imediatamente às atividades produtivas. Quanto aos fatores demográficos, a redução da taxa de fertilidade gerou, entre outros efeitos, o *envelhecimento* da pirâmide demográfica brasileira.

Já as transformações na PEA vêm sendo associadas à reestruturação produtiva, às mudanças no padrão cultural, à queda da taxa de fertilidade e às estratégias de sobrevivência dos segmentos sociais mais vulneráveis. Além disso, cumpre lembrar que o avanço da urbanização igualmente afetou a dinâmica do Terciário e, conseqüentemente, o tamanho e a composição da PEA. Tal movimento abriu caminho para a intensificação da inserção de novos segmentos no mercado de trabalho, particularmente as mulheres.²

O funcionamento geral do mercado de trabalho pode ser sistematizado, tal como ilustra na Figura 1. O círculo externo representa a força de trabalho potencial, ou seja, o conjunto dos indivíduos que pode

ser mobilizado pelo capital.³ O círculo cinza mostra a População em Idade Ativa – PIA.⁴

No interior da PIA, encontra-se a PEA, que, na Figura 1, é identificada pela faixa preta. A área intermediária entre as fronteiras da PIA e da PEA é composta pelo contingente de inativos. Os inativos são indivíduos que reúnem as condições necessárias para integrar o mercado de trabalho, mas, por razões diversas, não trabalham. Por isso, não são classificados na PEA. No interior desta, o círculo negro representa os ocupados, enquanto os desempregados são ilustrados pela área que separa o limite da ocupação e o da PEA.

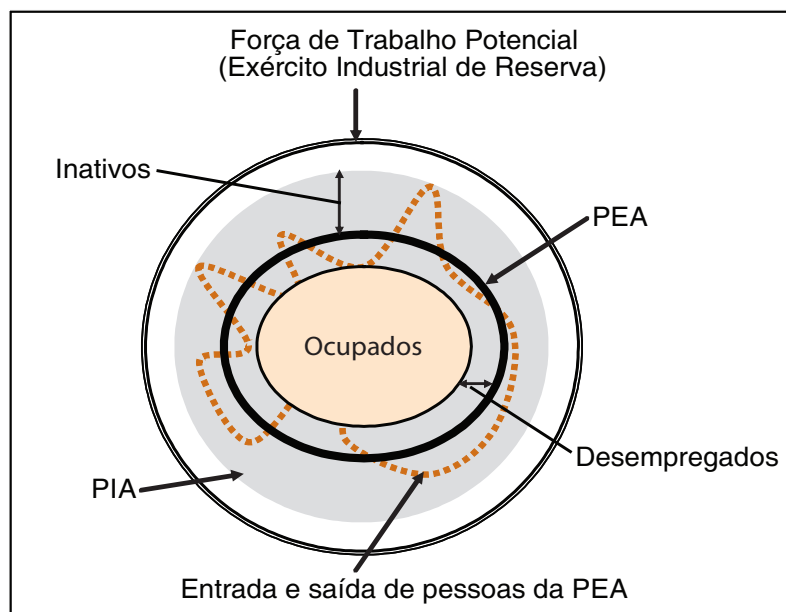
A linha tracejada representa o movimento de passagem das pessoas da inatividade para a atividade e vice-versa. Seu desenho irregular ilustra a diversidade dos fluxos de indivíduos que integram esse contingente, ou seja, num determinado período, uma pessoa pode sair da inatividade e ser incorporada ao mercado de trabalho diretamente na condição de ocupado. Em outro momento, tal passagem pode acontecer da inatividade diretamente para o desemprego. O movimento de saída da PEA também é irregular:

da ocupação para a inatividade ou do desemprego para a inatividade. Em suma, a conjunção dos fatores econômicos, sociais e culturais determinará a condição de atividade desse contingente em períodos de tempo curtos ou longos.

Evidentemente, os elementos que compõem o mercado de trabalho não são estáticos. O número de ocupados é condicionado pela demanda por trabalho; já o de desempregados, inativos e de pessoas que pertencem à PIA depende dos diferentes tipos de mobilidade espacial da população, da dinâmica demográfica e da evolução da taxa de participação. A mobilidade espacial, o aumento (ou a diminuição) da ocupação e as oscilações da PEA apresentam temporalidades diferenciadas, porém sobrepostas.

Figura 1

Representação da Dinâmica do Mercado de Trabalho



Fonte: Elaboração do autor.

Em outras palavras, as mudanças no contingente e na composição da PEA resultam de *movimentos estruturais* (associados a períodos de tempo longos) que ocorrem ao lado das *influências de natureza conjuntural* (que se manifestam usualmente em curtos períodos de tempo).

Diante dessa multiplicidade de elementos que explicam a dinâmica do mercado de trabalho, optou-se pela investigação do comportamento da entrada e saída de pessoas da PEA.⁵ Tal escolha foi motivada pelas seguintes razões: na literatura sobre o mercado de trabalho, os estudos que tratam das flutuações da inatividade são menos frequentes, possivelmente em virtude das dificuldades impostas ao tema; as flutuações da taxa de desemprego no Brasil têm sido influenciadas principalmente pela variação das taxas de participação, pois o nível de ocupação vem apresentando desempenho reduzido como consequência das condições adversas da economia. Além disso, as pressões demográficas são *relativamente* neutralizadas, porque a entrada de jovens no mercado de trabalho (fruto das taxas de fecundidade do passado) encontra como obstáculo o elevado desemprego desse contingente. Por fim, os estudos sobre o comportamento migratório no Brasil mostram um relativo *desafogo* das pressões sobre as regiões metropolitanas, particularmente a de São Paulo, cuja contrapartida é expressa pelo aumento dos fluxos populacionais em direção às cidades médias.

Tais motivos justificaram o interesse pela investigação dos elementos que explicam a entrada e saída de pessoas na PEA. No entanto, o estudo das flutuações da inatividade terá como eixo principal a introdução do espaço como variável explicativa, na medida em que esse procedimento poderá contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema, bem como para o conjunto da literatura sobre mercado de trabalho.

AS INFLUÊNCIAS DO TERRITÓRIO SOBRE AS FLUTUAÇÕES DA PEA

O avanço capitalista modifica a composição da estrutura econômica dos espaços incorporados às suas relações. Assim, a introdução de setores dinâmicos em lugares caracterizados por atividades marcadas

por formas distintas de organização da produção, que Santos (1979) chamou de *circuito superior* e *circuito inferior*, respectivamente, gera nova configuração econômica marcada pela sobreposição dessas atividades. Note-se que a adoção da idéia de circuitos de Santos pretendeu ressaltar a diferença entre essa abordagem e a da economia dualista, que interpretava o funcionamento da economia como a oposição dos setores *modernos* frente aos *tradicionais* ou *atrasados*.

Conforme os capitalistas identificam oportunidades de investimentos em áreas situadas além das fronteiras de seus lugares de atuação, são criadas as condições necessárias para a formação de um *feixe de forças* sociais, políticas, econômicas e culturais que articula e dá movimento ao processo de valorização, incorporando espaços pela transformação e/ou pela eliminação das formas de produção e da distribuição da riqueza que não estejam de acordo com o interesse dos capitalistas.

Na abordagem baseada na noção de circuitos não existe a separação entre atividades econômicas, mas sua sobreposição. Produtos, processos e pessoas *fluem* entre os diferentes circuitos, ainda que cada um desses contenha características específicas. O circuito superior é usualmente relacionado às atividades dinâmicas, àquelas com maior grau de formalização e às que possuem maior densidade de capital e de tecnologia. O circuito inferior abarca, em geral, as atividades intensivas em trabalho, com baixo conteúdo tecnológico e que, na maioria das vezes, se encontram na informalidade.

À medida que o capital incorpora novos territórios, a sobreposição desses circuitos cria nova estrutura econômica que *mescla* atividades com diferentes formas de organização da produção. O resultado desse processo é o aumento da *densidade econômica* do território e do seu grau de integração ao conjunto da economia capitalista.

A idéia de *densidade econômica* busca ilustrar a intensificação da divisão social do trabalho, ou seja, enquanto um território incorpora novas atividades econômicas, novas necessidades são criadas, novos negócios surgem e aumenta a multiplicidade dos tempos de rotação do capital. Do ponto de vista do mercado de trabalho, esse movimento se traduz na ampliação da diversidade de postos de trabalho que

contribuem para que as pessoas que não possuíam os requisitos exigidos pela organização da produção anteriormente existente possam, nesse momento, ser aproveitadas pelo mercado.

Enquanto a densidade econômica das áreas dinâmicas possibilita a sobreposição de atividades com *ciclos de produção/realização* diferenciados, permitindo que os indivíduos com perfil diferenciado possam ser absorvidos em várias épocas do ano e em intervalos de tempo diversos, nos espaços menos desenvolvidos essas *janelas de inserção*, nas quais o trabalhador é requerido pelo capital, são mais restritas. Isso ocorre porque a sobreposição das atividades econômicas (ou dos circuitos econômicos) é menos complexa, ou seja, *menos densa*.

Tal movimento, evidentemente, não substitui a necessidade do crescimento econômico. Na verdade, são dinâmicas que ocorrem de maneira conjunta e interligada. A composição da estrutura econômica gerada pelo crescimento da economia determinará a amplitude dos novos requisitos da mão-de-obra e os tempos que deverão satisfazer as necessidades do capital. O importante a reter é que a conjunção dos circuitos econômicos diversifica e amplia os *tipos* de mão-de-obra demandada pelo capital. Note-se que a disponibilidade de mão-de-obra não garante o seu aproveitamento efetivo pelo capital. A passagem dos indivíduos da condição de inativos para ativos, e vice-versa, embora seja condicionada aos sinais emitidos pelo capital, não é caracterizada por movimentos lineares e unidirecionais.

Ora, se a demanda e a disponibilidade de mão-de-obra são processadas por trajetórias multidirecionais e com temporalidades variadas, isso significa que, quanto mais complexa for a estrutura econômica de uma cidade ou região, maior será a possibilidade que um leque maior de indivíduos, com perfis pessoais e de formação educacional/pessoal, seja capaz de obter sucesso na procura por trabalho. Ao contrário do defendido pelos teóricos do pensamento liberal, a heterogeneidade do *mercado de trabalho* não deriva do maior ou do menor *investimento* realizado pelos indivíduos ou das suas características pessoais que, por sua vez, definirão sua sorte na obtenção de um posto de trabalho e a qualidade de sua inserção produtiva.

Sendo os trabalhadores sujeitos às condições impostas pelo capital, as oportunidades e as condições de trabalho dependerão da maneira como as atividades econômicas estão organizadas em cada espaço. Ou seja, tal raciocínio torna o espaço um sujeito ativo no comportamento do mercado de trabalho.

As áreas cujas estruturas econômicas são simples e concentradas em poucas atividades tenderão a requerer mão-de-obra com perfis específicos que atendam às necessidades daquelas atividades. Já as áreas que apresentarem estrutura econômica mais diversificada deverão oferecer oportunidades para um conjunto mais diversificado de trabalhadores. O avanço da integração e da complexidade dos circuitos econômicos leva à intensificação da densidade econômica dos territórios que, por sua vez, amplia as possibilidades de incorporação dos indivíduos ao mercado de trabalho, seja na condição de ocupados ou na de desempregados.

Portanto, o objetivo desse trabalho é mostrar a correlação existente entre o aumento da densidade econômica e o nível de participação das pessoas no mercado de trabalho. Para realizar essa tarefa, optou-se pela investigação do conjunto de municípios do Estado de São Paulo em razão da importância dessa área no conjunto da economia brasileira.

DENSIDADE ECONÔMICA E PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EM SÃO PAULO

O primeiro desafio imposto à análise das relações entre o nível de densidade econômica e o de participação no mercado de trabalho é definir as variáveis estatísticas que ilustrarão tal movimento. A ideia de densidade econômica é abrangente, pois incorpora as diferentes modalidades de organização do trabalho presentes no território. Contudo, é importante ter em mente que são complexas as tarefas de *quantificar* esse conceito e de obter os dados necessários (realizando as devidas mediações) junto às fontes de informação disponíveis no Brasil.

A noção de *diversidade econômica*, neste trabalho, foi definida com base no número de *divisões econômicas* estabelecidas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas – CNAE produzido pelo Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Em outras palavras, *divisão econômica* é um nível intermediário de classificação das atividades, a partir de grandes setores como Indústria, Comércio, Serviços, Construção Civil e Agropecuária.

O nível de densidade econômica, portanto, é dado pelo número de divisões econômicas que, em dezembro de 2002, empregava pelo menos uma pessoa. É importante ter em mente que não se está contabilizando o número de estabelecimentos ou de empregados, mas, a quantidade de divisões econômicas *diferentes*. Em suma, o objetivo é levantar a *variedade* das atividades econômicas de um recorte geográfico, no caso em pauta, os municípios paulistas. A fonte de informação utilizada foi a Relação Anual de Informações Sociais – Rais que é organizada a partir dos registros administrados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MET. Evidentemente, são abarcados apenas os empregados inseridos legalmente no mercado de trabalho.

A escolha da Rais como fonte de informação para a definição quantitativa do nível de densidade econômica pretendeu reforçar o rigor na diferenciação das atividades econômicas. Indicador semelhante poderia ser obtido pelos dados captados nos censos demográficos; no entanto, como o censo é uma pesquisa domiciliar, a precisão da descrição da atividade econômica na qual o indivíduo trabalha pode apresentar alguma distorção devido à ausência de informação completa do entrevistado. Essas divergências são minimizadas quando os dados são captados diretamente

dos estabelecimentos econômicos, a exemplo do levantamento do MTE.

Para a definição do nível de participação do mercado de trabalho, utilizou-se a taxa de participação total e segundo contingentes específicos (masculino e feminino), pois a idéia de *taxa de participação* é um conceito consagrado na literatura sobre o mercado de trabalho. A despeito das diferenças de classificação existentes entre as pesquisas de mercado de trabalho, a base de dados utilizada foi o censo demográfico, em razão da sua maior amplitude espacial, posto que ela possibilita a desagregação das informações para a escala municipal.

A análise da taxa de participação foi desagregada para os contingentes masculino e feminino, de modo a obter uma percepção ampliada do fenômeno, já que, principalmente no período recente, a dinâmica de incorporação de pessoas à PEA tem sido marcada pela entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho; daí porque a investigação dessa parcela da população foi priorizada nesse trabalho.

A área de abrangência da pesquisa é o conjunto de municípios que integra o Estado de São Paulo. No entanto, para reforçar as diferenças da estrutura econômica, esses municípios foram divididos em quatro grupos a partir da aplicação da técnica *cluster*⁶ e, posteriormente, ajustados de acordo com as suas proximidades geográficas da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, como mostra o Quadro 1. Esse ajustamento dos grupos de municípios procurou evidenciar a idéia de que a concentração de atividades eco-

Quadro 1

Área de Abrangência da Pesquisa

Áreas	Municípios/Regiões de Governo
RMSP (independentemente da densidade econômica)	Municípios que compõem a RMSP
Municípios com maior densidade econômica localizados no entorno da RMSP	Regiões de Governo de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Santos, Jundiaí e Piracicaba
Municípios com maior densidade econômica localizados fora do entorno da RMSP	Regiões de Governo de São José do Rio Preto e de Ribeirão Preto
Municípios com menor densidade econômica localizados fora do entorno da RMSP	Municípios não classificados nos grupos anteriores

Fonte: Elaboração do autor.

nômicas na RMSP influencia a dinâmica econômica do entorno, reforçando a convicção de que os fluxos de produtos, serviços e pessoas não estão circunscritos às fronteiras territoriais legalmente estabelecidas.

O objetivo desse trabalho é demonstrar que a passagem das pessoas da inatividade para a PEA aumenta de acordo com a densidade econômica dos municípios. Tal movimento evidenciaria maiores possibilidades de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (seja na condição de ocupado ou desempregado) em razão da ampliação da divisão social do trabalho e do maior fluxo de negócios.

De maneira geral, os dados mostraram que as taxas de participação mais baixas estão concentradas principalmente nos municípios com menor nível de densidade econômica. Entretanto, alguns municípios com baixa densidade econômica não apresentaram taxas de participação total menores que aqueles que contam com maior densidade econômica, pois ele-

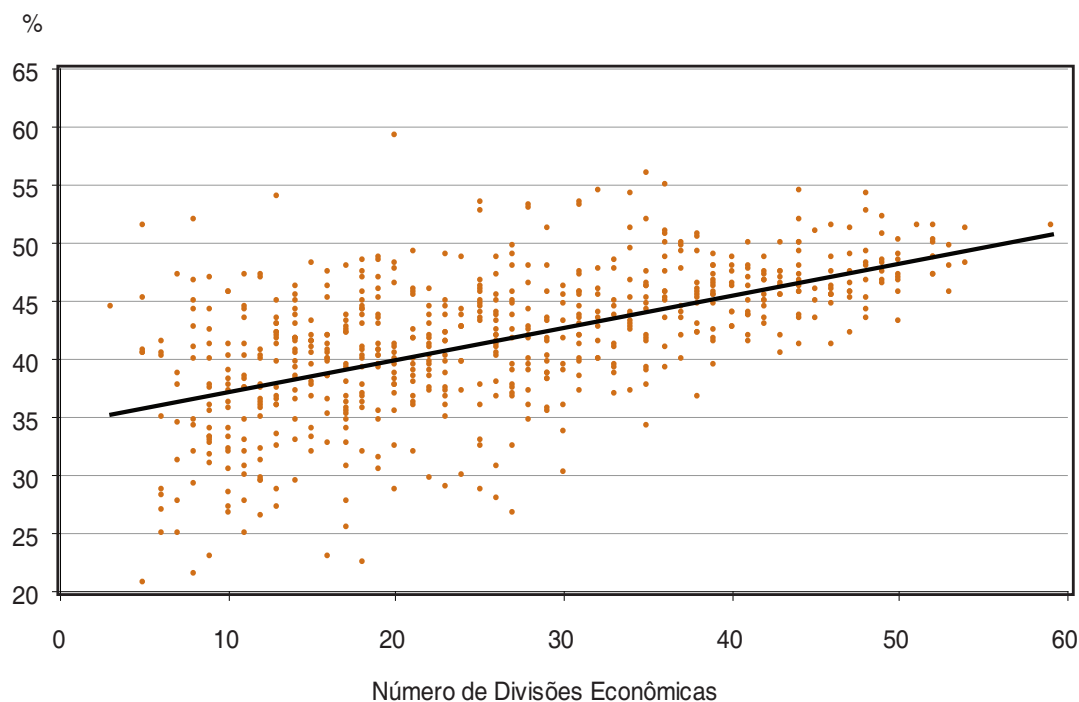
vada participação masculina no mercado de trabalho tende a *nivelar* a taxa de participação total das cidades paulistas entre 50% e 60% da PIA. Tal fenômeno é explicado por fatores culturais e pelo fato dos homens serem, em geral, os responsáveis pela manutenção das famílias. Assim, a inserção masculina no mercado de trabalho tende a ser mais intensa, mesmo quando o ambiente econômico não é favorável.

Quando a taxa de participação total é substituída pela taxa de participação feminina, a diferença entre os municípios se torna mais nítida, como mostra o Gráfico 1. A explicação para este comportamento provavelmente está associada às características das ocupações usualmente disponíveis para as mulheres.

Em geral, a ocupação feminina é mais freqüente nas atividades terciárias. O avanço da densidade econômica abre caminho para o surgimento de novos negócios, sobretudo no Terciário. Além disso, o próprio crescimento econômico é o motor da ampliação da

Gráfico 1

Taxa de Participação Feminina em Relação ao Nível de Densidade Econômica
Estado de São Paulo – 2000/2002 (1)



Fonte: Ministério do Trabalho. *Rais*; IBGE. *Censo Demográfico 2000*.

(1) Ano base 2000, para os dados do Censo, e 2002, para os da *Rais*.

densidade econômica e tende a ampliar o contingente populacional (e a taxa de urbanização) que, mais uma vez, reforça o surgimento de novas atividades econômicas. Isso não significa que o setor industrial não tenha papel importante no oferecimento de postos de trabalho para as mulheres. Há diversas atividades industriais nas quais a presença da mulher é importante, como nas indústrias têxtil e de alimentos.

No Gráfico 1, a curva de tendência é inclinada,⁷ demonstrando a diferença acentuada entre as taxas de participação femininas de acordo com o aumento da densidade econômica dos municípios. A existência de taxas de participação femininas mais elevadas em algumas cidades com baixa densidade econômica sugere a existência de características específicas da estrutura econômica local, que facilitam a inserção da mulher no mercado de trabalho.⁸

Uma outra explicação para esse comportamento pode estar relacionada aos efeitos causados pelas chamadas *cidades-dormitório*, que são freqüentes nas áreas desenvolvidas no país. Embora esses municípios usualmente apresentem um número reduzido de atividades econômicas, parcela da sua PEA *migra* diariamente para trabalhar nos centros dinâmicos localizados nas proximidades.

Na Tabela 1 é fácil perceber que as taxas de participação total e feminina declinam conforme o nível de densidade econômica é reduzido. Enquanto a RMSP conta com 43 divisões econômicas diferentes e sua

taxa de participação total média é de 59,2%, para o conjunto dos municípios localizados fora do entorno da RMSP e com menor densidade econômica, esses indicadores diminuem para 22% e 56,1%, respectivamente. O movimento da taxa de participação total não é tão intenso quanto o da feminina devido à forte influência da taxa de participação masculina, que não apresenta muitas divergências e é elevada em todos os grupos, conforme já discutido anteriormente.

É interessante notar que os municípios com maior densidade econômica localizados no entorno da RMSP apresentam taxas de participação muito semelhantes àquelas observadas na região metropolitana. A explicação para esse comportamento está provavelmente associada à proximidade espacial dessas áreas e ao seu elevado fluxo de pessoas, produtos e serviços. Já o comportamento da participação feminina apresenta diferenças significativas entre os grupos analisados. Enquanto na RMSP a proporção de mulheres que integra a PEA é de 46,8%, esse percentual diminui para 40,4% nos municípios com densidade econômica inferior. Mesmo as cidades cuja média de divisões econômicas é maior, mas situam-se em áreas distantes do interior paulista, a taxa de participação feminina (42,7%) é menos elevada que a da RMSP.

Embora as médias apresentadas na Tabela 1 não deixem dúvidas quanto ao comportamento das taxas de participação femininas quando comparadas às áreas com estruturas econômicas diferenciadas, a

Tabela 1

Taxas de Participação em Relação ao Nível de Densidade Econômica
Estado de São Paulo – 2000/2002 (1)

Agrupamentos de Municípios	Média de Divisões Econômicas	Taxas de Participação (médias) (%)		
		Total	Masculina	Feminina
RMSP (independentemente da densidade econômica)	43	59,2	71,8	46,8
Municípios com maior densidade econômica localizados no entorno da RMSP	37	59,3	72,4	46,0
Municípios com maior densidade econômica localizados fora do entorno da RMSP	24	58,2	73,4	42,7
Municípios com menor densidade econômica localizados fora do entorno da RMSP	22	56,1	71,2	40,4

Fonte: Ministério do Trabalho. *Rais*; IBGE. *Censo Demográfico 2000*.

(1) Ano base 2000, para os dados do Censo, e 2002, para os da *Rais*.

elevada dispersão dessas taxas entre os municípios paulistas pode, eventualmente, levantar questionamentos sobre a utilização da média como medida que comprova a tese defendida nesse trabalho. Para reforçar os argumentos apresentados, optou-se pela realização de um teste estatístico de *análise de variância* e de uma *regressão multinomial* de forma a comprovar as conclusões obtidas.

A análise de variância objetiva comparar as médias das taxas de participação dos diferentes agrupamentos de municípios visando à identificação de comportamentos distintos entre os mesmos.⁹ Desta forma, a determinação de diferenças estatisticamente significativas entre as médias desses grupos de municípios indicará a existência do efeito da densidade econômica sobre a taxa de participação. A Tabela 2 apresenta algumas estatísticas descritivas e os resultados do teste de análise de variância para as taxas de participação total, masculina e feminina.

A análise de variância (com correção de *Brown Forsythe*) foi realizada tendo em vista sua melhor adequação para os casos que apresentam *heterocedasticidade* (ou seja, quando a variância não é constante entre grupos) conforme foi observado (por meio do teste de *Levene*) para os grupos de municípios investigados. Assim, foi possível constatar que as médias de todas as taxas de participação (total, masculina e feminina) apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p\text{-value} < 0,001$) entre os grupos de municípios descritos na Tabela 2.

Embora a análise de variância já tenha demonstrado que existem diferenças nas taxas de participação entre os grupos analisados, a realização de comparações múltiplas de *C de Dunnett* permite especificar os grupos nos quais essas diferenças são estatisticamente significativas, como segue:

- para a taxa de participação total: existem diferenças significativas apenas entre o grupo de municípios com menor densidade econômica que são distantes da RMSP e os demais grupos. Na Tabela 2 é possível observar que o primeiro apresenta taxa de participação de 56,1%, enquanto nos outros agrupamentos, esse indicador é superior a 58%;
- para a taxa de participação masculina: essa taxa não apresenta diferenças significativas entre o gru-

po de municípios com menor densidade e distantes da RMSP e o grupo formado pelas cidades da RMSP (71,3% e 71,8%, respectivamente). Estes grupos apresentaram diferenças estatisticamente significativas quando foram comparados ao grupo de municípios com maior densidade econômica e distantes da RMSP, cuja taxa de participação registrada foi de 73,4%;

- para a taxa de participação feminina: existem diferenças entre todos os grupos, com exceção dos municípios da RMSP e daqueles em seu entorno, cujas taxas médias de participação são 46,8% e 46,0%, respectivamente. Estes últimos são justamente aqueles cujas taxas de participação feminina são as mais elevadas. Em seguida, surgem os municípios com maior densidade econômica e distantes da RMSP (42,7%). Finalmente, os municípios com menor densidade econômica e distantes da RMSP apresentaram a mais baixa média desse indicador (40,4%).

Tal movimento sugere *proximidade de comportamento* entre os indivíduos residentes em áreas onde a densidade econômica é semelhante e divergências quando estes são comparados com residentes de outras áreas. Em outras palavras, *trata-se do espaço atuando como diferenciador da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho*. Não por outra razão, parece coerente que as taxas de participação feminina da RMSP e as do grupo de municípios situados no seu entorno tenham apresentado valores aproximados, tendo em vista a reduzida distância e o entrelaçamento de negócios e de pessoas dessas áreas.

A fim de *quantificar* o impacto da densidade econômica de um município sobre a taxa de participação de sua população feminina, foi realizada uma *regressão multinomial*.¹⁰ Visando aumentar a precisão desse teste estatístico, optou-se pela introdução de outra variável: *o grau de urbanização*. A incorporação dessa variável teve como pressuposto a idéia que quanto maior for o grau de urbanização de um município, mais diverso será seu mercado consumidor e, conseqüentemente, seu nível de densidade econômica.

O cálculo da regressão multinomial exigiu a transformação da *taxa de participação feminina* (obtida no Censo Demográfico) numa *nova variável* de três cate-

Tabela 2

Distribuição das Taxas de Participação, segundo Grupos de Municípios e Densidade Econômica
Estado de São Paulo – 2000/2002 (1)

Grupos de Municípios	Número de Municípios de cada Grupo	Média das Taxas de Participação	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança (95%) Limites	
				Inferior	Superior
Taxa de Participação Total	645	56,9	4,2	56,6	57,2
Municípios com menor densidade econômica e distantes da RMSP	465	56,1	4,3	55,7	56,5
Municípios com maior densidade econômica e distantes da RMSP	56	58,2	3,0	57,4	59,0
Municípios com maior densidade econômica localizados no entorno da RMSP	85	59,3	3,1	58,6	59,9
Municípios da RMSP (independentemente da densidade econômica)	39	59,2	2,1	58,5	59,8
Taxa de Participação Masculina	645	71,6	3,9	71,3	71,9
Municípios com menor densidade econômica e distantes da RMSP	465	71,2	4,1	70,9	71,6
Municípios com maior densidade econômica e distantes da RMSP	56	73,4	3,0	72,6	74,2
Municípios com maior densidade econômica localizados no entorno da RMSP	85	72,4	3,3	71,7	73,1
Municípios da RMSP (independentemente da densidade econômica)	39	71,8	1,9	71,2	72,4
Taxa de Participação Feminina	645	41,7	6,1	41,3	42,2
Municípios com menor densidade econômica e distantes da RMSP	465	40,4	6,2	39,9	41,0
Municípios com maior densidade econômica e distantes da RMSP	56	42,7	4,2	41,5	43,8
Municípios com maior densidade econômica localizados no entorno da RMSP	85	46,0	4,1	45,1	46,8
Municípios da RMSP (independentemente da densidade econômica)	39	46,8	3,2	45,8	47,9

Fonte: Ministério do Trabalho. *Rais*; IBGE. *Censo Demográfico*.

(1) Ano base 2000, para os dados do censo, e 2002, para os da *Rais*.

Nota: Teste de Brown Forsythe apresentou p-value = 0,000.

gorias. Os intervalos de cada categoria foram definidos por meio da técnica de *cluster*, que agrupa um conjunto de observações de acordo com a *proximidade* (estatística) entre os valores observados e a média da categoria, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2

Faixas de Taxa de Participação Feminina

Taxa de Participação	Intervalo
Baixa	Até 36%
Intermediária	Acima de 36% até 44%
Alta	Acima de 44%

Fonte: Elaboração do autor.

Como mencionado anteriormente, as variáveis explicativas utilizadas na regressão foram o número de atividades econômicas (*proxy* da densidade econômica) e a taxa de urbanização dos municípios analisados.

O modelo se revelou bem ajustado, pois ambas as variáveis (número de atividades econômicas e taxa de urbanização) tiveram efeito significativo sobre a taxa de participação feminina e boa capacidade de previsão (61,4%). Esse foi o percentual de acertos do modelo quando se tenta prever qual seria a categoria de taxa de participação (baixa, intermediária ou alta) a que um município pertence, considerando as informações referentes ao número de atividades econômicas e à taxa de urbanização.¹¹

A Tabela 3 mostra os coeficientes estimados para o número de atividades econômicas e para a taxa de urbanização quando a *taxa de participação feminina baixa* é definida como *categoria de referência*. Os coeficientes indicados nessa Tabela correspondem ao quociente entre a probabilidade de um município pertencer ao grupo intermediário (ou ao grupo elevado) e a probabilidade dele pertencer ao grupo de baixa taxa de participação (feminina). Em outras palavras, esses coeficientes, que são denominados de *risco relativo*, mostram a magnitude dos efeitos esperados sobre a taxa de participação feminina quando se altera a densidade econômica ou o grau de urbanização dos municípios analisados.

Os coeficientes *exponenciados* (Exp(B)) podem ser interpretados como sendo a razão entre os riscos relativos, ou seja:

- analisando o efeito do número de atividades econômicas: com o aumento de uma atividade econômica no município, o risco relativo do grupo intermediário aumenta 8,7%, enquanto que no grupo com taxa de participação feminina alta, este risco relativo aumenta 16,6%, *mantendo-se o grau de urbanização inalterado*. A partir disso, é possível inferir que a expansão da densidade econômica induz a um aumento na participação feminina;
- analisando o efeito do grau de urbanização: a cada aumento de *uma* unidade no grau de urbanização, o risco relativo do grupo intermediário cresce 4,3%, enquanto que no grupo com taxa de participação feminina alta, o risco relativo aumenta 6,8%,

Tabela 3

Resultados da Regressão Multinomial (1)
Municípios do Estado de São Paulo – 2000/2002 (2)

Variáveis Utilizadas	Coeficientes (Exp(B))	
	Categorias de Participação Feminina	
	Intermediária	Elevada
Número de Atividades Econômicas	1,087	1,166
Taxa de Urbanização	1,043	1,068

Fonte: Ministério do Trabalho. *Rais*; IBGE. *Censo Demográfico*.

(1) A categoria de referência é a taxa de participação feminina baixa.

(2) Ano base 2000, para os dados do censo, e 2002, para os da *Rais*.

ceteris paribus o número de atividades econômicas. Portanto, deduz-se que o aumento na urbanização apresenta efeito similar, porém em menor magnitude, de expansão da participação feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade integra a essência do capitalismo e os elementos que explicam a sua disseminação (ou manutenção) estão contidos na divisão social do trabalho. Portanto, se o ritmo de expansão dos diferentes setores que compõem a estrutura econômica não é homogêneo, a forma como esses setores incorporam novos espaços também não será a mesma. Assim, o crescimento desigual das atividades econômicas no espaço exigirá um contingente de mão-de-obra compatível com suas necessidades, não apenas em termos quantitativos, mas, também, no que tange aos atributos pessoais dos trabalhadores. Em alguns lugares e momentos específicos do tempo, alguns indivíduos serão aproveitados e outros não.

Do conjunto de fatores que explicam o funcionamento do mercado de trabalho, o foco da investigação foi orientado para os movimentos de entrada e saída. O interesse por esta dimensão específica do mercado de trabalho foi justificado pela importância das flutuações da PEA na determinação da taxa de desemprego. Os resultados obtidos a partir da análise dos municípios paulistas mostraram que a taxa de participação é mais elevada nos municípios com maior densidade econômica e que a expansão desta última tende a elevar o patamar da primeira. Em suma, os testes estatísticos confirmaram as hipóteses do trabalho.

Com base nessas conclusões é possível retomar a discussão iniciada na apresentação deste trabalho: o desemprego atinge principalmente os grandes centros urbanos? O dinamismo da economia brasileira (ancorado nas atividades exportadoras e agroindustriais) vem garantindo mais oportunidades de trabalho no interior do país?

Os defensores da idéia de que o desemprego é um fenômeno metropolitano se apóiam freqüentemente nas informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e pelos regis-

tros administrativos da Rais. Essas fontes (junto com o censo demográfico) são praticamente as únicas que abrangem o interior do Brasil, pois as principais pesquisas de mercado de trabalho (a Pesquisas de Emprego e Desemprego – PED e a Pesquisa Mensal de Emprego – PME) estão circunscritas às regiões metropolitanas.¹² De fato, os dados da PNAD mostram que a taxa de desemprego das regiões metropolitanas é mais elevada que a do interior dos seus respectivos Estados, enquanto os registros da Rais indicam que, em algumas áreas do interior, a criação de empregos é mais intensa do que nas regiões metropolitanas.

Nesta pesquisa, o processamento das informações disponíveis no censo demográfico de 2000 obteve os mesmos resultados, ou seja, a RMSP, as áreas adjacentes e os municípios com maior densidade econômica do interior paulista apresentaram taxas de desemprego superiores aos demais municípios do interior, cujos níveis de densidade econômica são menos elevados.

Na Tabela 4 é possível observar que a taxa de desemprego total da RMSP (21,5%) é quase o dobro daquela registrada nos “demais municípios” (12,4%), o mesmo acontecendo com a taxa de desemprego feminina (27,8% e 18,7%, respectivamente). É importante notar, entretanto, que o desemprego diminui de acordo com o nível de densidade econômica, ou seja, as menores taxas de desemprego são observadas exatamente nos municípios que têm maior potencial de crescimento da PEA (aqueles com maiores proporções de inativos).

A abordagem teórica utilizada nesse trabalho buscou ressaltar que os condicionantes do funcionamento do mercado de trabalho são múltiplos, por isso seria incorreto afirmar categoricamente que as áreas com taxas de participação menos elevadas estão destinadas a apresentar maiores níveis de desemprego no futuro. A taxa de desemprego é influenciada pelo comportamento da ocupação, da dinâmica demográfica e das flutuações da PEA, ou seja, o desemprego é produto da composição desse conjunto de movimentos.

Entretanto, tendo em vista que a investigação dos municípios de São Paulo mostrou nítida associação entre o crescimento da densidade econômica e o das taxas de participação, parece razoável supor que o crescimento da economia no interior do país é um fator que estimula a entrada de pessoas na PEA. Tal

Tabela 4

Taxas de Participação e de Desemprego, segundo Densidade Econômica
Estado de São Paulo – 2000/2002 (1)

Agrupamentos de Municípios	Média de Divisões Econômicas	Taxas de Participação (médias) (%)		Taxas de Desemprego (médias) (%)	
		Total	Feminina	Total	Feminina
RMSP	43	59,2	46,8	21,5	27,8
Municípios com alta densidade econômica localizados no entorno da RMSP	37	59,3	46,0	15,8	21,8
Municípios com alta densidade econômica localizados fora do entorno da RMSP	24	58,2	42,7	13,1	20,0
Demais municípios do Estado de São Paulo	22	56,1	40,4	12,4	18,7

Fonte: Ministério do Trabalho. *Rais*; IBGE. *Censo Demográfico*.
(1) Ano base 2000, para os dados do censo, e 2002, para os da *Rais*.

conclusão encontra respaldo nos estudos realizados na RMSP, na qual se verificou que a taxa de participação acompanhava a evolução do nível de ocupação que, por sua vez, responde usualmente à expansão da economia.

Portanto, admitindo que o crescimento econômico das áreas dinâmicas do interior de São Paulo (ou de qualquer outro Estado) tende a elevar seus níveis de densidade econômica, não se pode descartar a hipótese de que se as taxas de participação dessas áreas convergirem para patamares semelhantes ao da RMSP, tal movimento poderá gerar descompasso entre o ritmo do aumento da ocupação e o da PEA,

nivelando as taxas de desemprego da metrópole com as do interior dinâmico.

Tais conclusões, longe de serem definitivas ou, menos ainda, deterministas, pretendem apenas servir de estímulo para o debate e para a realização de novos e aprofundados estudos sobre a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. O comportamento do mercado de trabalho está sujeito a um rico conjunto de elementos e este estudo pretendeu adicionar mais uma variável a esta lista – o território – que, embora contribua decisivamente para a dinâmica econômica, geralmente não é incorporado aos modelos teóricos que tratam do tema.

Notas

Este trabalho é um fragmento da tese de doutorado (de mesmo título) realizada no IPPUR/UFRJ sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Natal. A referida tese contou também com as valiosas contribuições de Sílvia Mancini (Fundação Seade) e de Marise Hoffmann (Dieese), com as quais tenho enormes dívidas intelectuais e de atenção. Desnecessário dizer que os

eventuais erros ou omissões são exclusivamente de minha responsabilidade.

1. É interessante notar que o aprimoramento da extração de mais-valia através do uso intensivo de tecnologia, em alguns casos, não está restrito aos trabalhadores diretamente vinculados a um capitalista específico. A disseminação das estações de auto-atendimento e do uso da Internet pelo setor financeiro transfere o “trabalho”, ou seja, as tarefas que seriam realizadas

por seu funcionário e a necessidade de ampliação da infra-estrutura das agências bancárias (imóveis, equipamentos, serviços, etc.) para os clientes (a maioria, empregados de outros capitalistas), com benefícios evidentes em termos de redução dos gastos com folha de pagamento e com investimentos.

2. Diante da ampliação crescente do desemprego dos chefes de domicílio, os demais membros da família foram forçados a buscar ocupações remuneradas para auxiliar (ou recompor) na manutenção do nível familiar. Tendo em vista que o foco da pesquisa não está na análise da inserção feminina no mercado de trabalho, tratou-se apenas dos principais condicionantes que explicam esse fenômeno. Para maiores informações ver Hirata (2002).

3. A composição da população total já foi tema polêmico entre José Nun e Fernando Henrique Cardoso, no âmbito das discussões sobre marginalidade. Para maiores informações ver Nun (2000).

4. Nas pesquisas de mercado de trabalho realizadas no Brasil, é considerado como integrante da PIA o indivíduo com idade igual ou superior a dez anos.

5. Neste trabalho, as expressões *taxa de inatividade* e *taxa de participação* são utilizadas alternadamente, pois são medidas diferentes que expressam o mesmo fenômeno, ou seja, a proporção de pessoas que estão dentro (taxa de participação) ou fora (taxa de inatividade) do mercado de trabalho.

6. Este procedimento estatístico cria grupos de casos (nesse estudo, os casos correspondem aos municípios) que sejam, ao mesmo tempo, homogêneos internamente e heterogêneos entre si, relativamente a uma ou mais variáveis selecionadas. Nessa pesquisa, a variável considerada foi o número de divisões econômicas, e optou-se por gerar quatro grupos de municípios paulistas de acordo com sua homogeneidade em termos do nível de densidade econômica.

7. Para facilitar a visualização das diferenças da taxa de participação das mulheres entre os municípios com maiores e menores níveis de densidade econômica, foi incluída uma linha de tendência cujo cálculo, por conveniência, tomou como referência uma equação linear.

8. O município de Águas de São Pedro (balneário hidromineral localizado no interior paulista) é ilustrativo dos casos nos quais as elevadas taxas de participação femininas são observadas ao lado de baixos níveis de densidade econômica. Pois o turismo, como eixo econômico do município, cria oportunidades de trabalho para mulheres não apenas nas atividades organizadas do Terciário, mas, também, nos segmentos não-organizados ligados à produção artesanal.

9. Maiores informações sobre o modelo de análise de variância podem ser obtidas em Dean e Voss (1999).

10. A regressão multinomial é utilizada usualmente em situações nas quais o objetivo é classificar uma variável (dependente) com base nos valores de um conjunto de variáveis (independentes), de forma a estimar o comportamento da variável analisada (ou seja, a dependente). Para maiores informações ver: Greene (2000) e Wooldridge (2002).

11. A análise estatística contou com a colaboração das estatísticas Silvia Regina Mancini e Mitti Ayako Hara Koyama.

12. Existem ainda os levantamentos setoriais realizados em alguns Estados e setores. Contudo, geralmente estão circunscritos à área de abrangência da entidade patrocinadora da pesquisa, como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, em São Paulo.

Referências Bibliográficas

BALTAR, P.E.A. *Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 1985.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DEAN, A.; VOSS, D. *Design and analysis of experiments*. New York: Springer, 1999.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n.1, 1991.

GREENE, W. *Econometric analysis*. 4. ed. New Jersey, Prentice Hall, 2000.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MARX, K. *O Capital*. Livro 1, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Coleção Os economistas).

NUN, J. *Exclusión y marginalidad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

- OLIVEIRA, A. *Território e mercado de trabalho: discursos & teorias*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PACHECO, C.A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo*, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Nacional/Edusp, 1968.
- TAVARES, M.C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J.L. (Org.). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TAVARES, M.C.; SERRA, J. Mas allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente de Brasil. *Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales*, Santiago, Fondo de Cultura Económica, n. 1-2, p. 2-38, jul./dez. 1971.
- TROTSKY, L. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro: Saga, 1967.
- WOOLDRIDGE, J. *Econometrics analysis of cross section and panel data*. Cambridge: MIT Press, 2002.

ALBERTO DE OLIVEIRA

*Economista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e
Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
(alberto.ufrrj@gmail.com)*

Artigo recebido em 11 de agosto de 2006.

Aprovado em 21 de outubro de 2006.

Como citar o artigo:

OLIVEIRA, A. Conhecendo o Interior Paulista: o papel do espaço na dinâmica do mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 4, p. 127-142, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.